

Edições



Bandeira Vermelha

3º Congresso do Partido Comunista Português (Reconstruído)



O aprofundamento
da luta
contra o revisionismo,
necessidade
do momento
presente

**3º Congresso do
Partido Comunista Português (Reconstruído)**

**O aprofundamento da luta
contra o revisionismo,
necessidade
do momento presente**

RESOLUÇÃO

Junho de 1979

3º Congresso do
Partido Comunista Português (Reconstituído)

O apertamento da luta

contra o revisionismo

necessidade

do momento presente

RESOLUÇÃO

Editorial Bandeira Vermelha, SCARL
Edições Bandeira Vermelha

I A DEFESA DO MARXISMO-LENINISMO GRANDE FRENTE ACTUAL DA LUTA DE CLASSE DO PROLETARIADO

O aprofundamento da luta contra todas as manifestações do revisionismo, em defesa dos princípios sempre jovens e actuais da doutrina de Marx, Engels, Lênine e Stáline, apresenta-se hoje como uma necessidade vital, não só no plano nacional, como também no plano internacional.

O 3º Congresso aponta a todo o Partido a necessidade de compreender o carácter indispensável e permanente da luta contra as manifestações da ideologia burguesa e, em particular, do revisionismo. O nosso Partido precisa de desenvolver a sua capacidade de combate neste terreno, tendo em atenção as particularidades de que ele se reveste no nosso país.

A luta contra o revisionismo é uma luta pela demarcação entre o marxismo-leninismo e as correntes oportunistas que visam corromper o movimento revolucionário. A luta ideológica e prática contra todos os tipos de revisionismo é uma necessidade da própria consolidação do PCP(R). Qualquer subestimação deste terreno de luta traduz-se num enfraquecimento das fileiras marxistas-leninistas. Só o combate permanente ao revisionismo permite desalojá-lo do movimento operário e cortar o passo à sua acção desagregadora entre as forças populares; só esta luta palmo a palmo contra o revisionismo garante que, em seu lugar, se afirme o marxismo-leninismo como guia revolucionário para a luta de classe do proletariado.

Hoje, no nosso país, a ofensiva ideológica da burguesia contra o movimento revolucionário é intensa e constante. Não só procura denegrir e varrer da memória das massas a experiência adquirida na crise revolucionária, como pretende ainda fazer renascer ideias reaccionárias e fascistas. Os ataques às conquistas populares, ao socialismo, à revolução, são permanentes. A ideologia revisionista é um obstáculo à tomada de consciência revolucionária do proletariado e das massas populares, uma barreira que impede o combate aberto e frontal às ofensivas da grande burguesia e torna as massas populares vulneráveis mesmo às ideias reaccionárias.

O 3º Congresso do PCP(R) salienta que a classe operária necessita de criar a sua própria consciência socialista, a visão dos seus objectivos de classe, a sua concepção do mundo. Isto significa tornar evidente não só o antagonismo com as concepções burguesas reacçãoárias, como o antagonismo com as ideias revisionistas. A classe operária portuguesa não teve oportunidade, ao longo da sua história, de forjar uma verdadeira consciência socialista. Outrora foi dominada pelas ideias anarco-sindicalistas. Nos últimos vinte anos a sua consciência de classe foi toldada pelo revisionismo. A luta do velho PCP de 1921 a 1956, vitoriosa sobre o anarco-sindicalismo, não foi, no entanto, suficiente para firmar o marxismo-leninismo, o socialismo científico na classe operária portuguesa. Cabe ao nosso Partido a tarefa de educar o proletariado nas ideias do socialismo, combatendo as deformações burguesas e revisionistas e superando a falta de tradições científicas marxistas-leninistas que desde sempre imperou no movimento operário português.

1. Só o marxismo-leninismo arma o proletariado para a revolução

Actualmente em vastas áreas do mundo, tanto em países economicamente atrasados como em países de capitalismo desenvolvido, estão criadas ou amadurecem rapidamente situações revolucionárias. A luta revolucionária anti-imperialista dos povos alcança vitórias e desenvolve-se sem cessar. O movimento operário das metrópoles imperialistas enfrenta a repressão, faz saltar a demagogia "social" dos governos capitalistas e desenvolve poderosas acções contra os efeitos da crise. Constantemente se acendem novos focos de tensão e guerra no plano internacional. O sistema capitalista encontra-se mergulhado na mais profunda crise desde a II Guerra Mundial. Todas as suas estruturas e superestruturas são fortemente abaladas. Portugal, que em 1974 e 1975 atravessou uma crise revolucionária e onde se mantêm extremamente activos os factores de crise do sistema capitalista, integra-se neste processo de evolução mundial.

O proletariado, a classe mais avançada do mundo de hoje, está vitalmente interessado em dar uma solução revolucionária à crise do sistema capitalista através do derrube violento do poder burguês. O proletariado precisa da revolução e de se elevar à categoria de classe dominante da sociedade, tanto para se salvar da exploração violenta e da degeneração a que o condena o capitalismo, como para realizar a sua missão histórica de conduzir as massas trabalhadoras no caminho da edificação duma sociedade socialista, sobre os escombros da sociedade capitalista, até alcançar a supressão das classes, a sociedade comunista.

Para abordar a tarefa da revolução de forma prática, o proletariado necessita de uma arma teórica que lhe indique com precisão o caminho a seguir. O marxismo-leninismo, que sintetiza em si a experiência histórica do movimento operário internacional, é a doutrina revolucionária científica do proletariado. O leninismo é o marxismo da nossa época, da época do imperia-

lismo, da decomposição e afundamento do capitalismo, da passagem revolucionária do capitalismo ao socialismo. O leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral, a teoria e a tática da ditadura do proletariado em particular. O leninismo mantém-se plenamente actual como arma vitoriosa do proletariado.

A par da luta económica e reivindicativa contra os efeitos da exploração capitalista e da luta política visando o derrube do poder burguês, a luta teórica em defesa da pureza revolucionária do marxismo-leninismo, contra todas as deturpações oportunistas e revisionistas, é uma grande frente actual na luta de classe do proletariado.

2. O revisionismo contemporâneo e as suas correntes principais

O enorme surto das mais variadas tendências revisionistas é um fenómeno internacional dos nossos dias. O revisionismo causou já um dano incalculável ao socialismo e à luta revolucionária do proletariado, provocando a restauração do capitalismo sob diversas formas nos países socialistas, a degenerescência burguesa dos partidos comunistas, a corrupção da consciência revolucionária das massas operárias, o retrocesso por muitos anos do processo da revolução mundial. O revisionismo é o fruto da penetração nas fileiras operárias e comunistas do ambiente retrógrado e decadente com que o capitalismo em decomposição impeste a vida social, procurando a todo o custo novas vias para se salvar da crise e da revolução. O revisionismo é ideologia burguesa com vestes "marxistas". Enquanto existir imperialismo, surgirão permanentemente novas variantes de revisionismo e será necessário um combate ininterrupto em defesa da ideologia proletária revolucionária.

Como fenómeno internacional, o revisionismo contemporâneo divide-se em várias correntes principais:

O revisionismo soviético — de que é expressão em Portugal o revisionismo cunhalista — que tem a sua origem nas teses kruchovistas do XX Congresso do PCUS lançadas contra a figura e a obra do camarada Stáline e serviu de base à restauração do capitalismo e à ascensão ao poder de uma nova classe burguesa na União Soviética e na maioria dos restantes países socialistas, à tomada das direcções dos partidos comunistas por camarilhas revisionistas traidoras que os fizeram degenerar em partidos burgueses anti-revolucionários, à conversão da União Soviética numa superpotência social-imperialista;

O revisionismo titista que, com as suas teses da "autogestão operária" e do "não-alinhamento", é aliado do imperialismo e o seu instrumento preferido para acelerar a degeneração capitalista dos países socialistas e para sabotar a libertação dos povos oprimidos, desviando-os de uma aliança de combate com as forças do proletariado e do socialismo, única via para a completa libertação nacional e social;

O chamado "eurocomunismo", que surge como resultado do aprofundamento da degenerescência burguesa dos partidos revisionistas, do abandono

completo das máscaras "socialistas" e "leninistas", da sua conversão declarada em partidos de tipo social-democrata e apêndices pacíficos do Estado burguês;

O **revisionismo chinês**, que tem por base política e ideológica o chamado "pensamento Mao Tsetung", e que serve de base à restauração acelerada do capitalismo na China, a uma estratégia contra-revolucionária de aliança com o imperialismo norte-americano e todas as forças reaccionárias, virada contra o proletariado, os povos e as forças progressistas mundiais, a uma política chauvinista, em disputa com o social-imperialismo soviético, para ganhar áreas de influência, e ainda à sabotagem da reorganização do movimento comunista internacional dividido e enfraquecido pelo revisionismo kruchovista.

Em cada país, estas correntes principais do revisionismo contemporâneo assumem matizes próprios. Em Portugal, o revisionismo cunhalista, as teorias contra-revolucionárias vilaristas e certas teses "autogestionárias" de sectores do PS e da UEDS são expressões, respectivamente, dos revisionismos soviético, chinês e jugoslavo. Ao dar combate no plano teórico a essas diversas correntes, os marxistas-leninistas precisam de ir além das particularidades nacionais, ir à sua fonte comum, às teses que constituem a sua essência. No plano político e prático, no entanto, há que dar a máxima atenção aos matizes nacionais de que se reveste o revisionismo, à forma concreta como procura sabotar a revolução portuguesa.

O 3º Congresso faz notar que as duas manifestações de revisionismo que mais relevo assumem neste momento são o russo e o chinês. Ambos merecem a nossa atenção e um aturado combate para os demolir ideológica e politicamente.

O revisionismo russo é a força inimiga mais perigosa para o proletariado revolucionário. É o centro do revisionismo a nível mundial, a sua cabeça mais importante, o que mais completamente elaborou a teoria revisionista. Domina o movimento operário na maioria dos países capitalistas ou exerce nele considerável influência. Em Portugal, é o cunhalismo a variante revisionista mais perigosa, a que tem maior capacidade de iludir e arrastar as massas.

O revisionismo chinês, recém-aparecido de forma aberta a nível internacional, não tem mostrado capacidade para ganhar sectores significativos do proletariado. No nosso país, a sua expressão de massas é nula. Todavia, por colocar problemas novos ao movimento marxista-leninista, por se arvorar amigo dos povos que lutam pela libertação do imperialismo, por se cobrir com a capa de inimigo do social-imperialismo, por só agora ter sido iniciado o combate contra ele — o revisionismo chinês deve merecer da nossa parte especial atenção para derrotar as suas influências ideológicas e políticas.

Sejam quais forem as teorias com que se cubram, todos os revisionistas têm em comum a ideia de que a revolução não é possível no mundo de hoje, e que a passagem do capitalismo ao socialismo não se poderá fazer pela via revolucionária que Marx, Engels, Lênine e Stáline indicaram ao proletariado.

Sob pretextos diversos, todos os revisionistas procuram retirar ao proletariado o papel principal e decisivo no derrube do sistema capitalista.

Conforme salientou a Sessão Científica de Tirana, "a luta entre os marxistas-leninistas por um lado e os ideólogos burgueses e os diversos oportunistas por outro, centra-se hoje, tal como ontem, num problema chave: a revolução é ou não necessária para a transformação da sociedade, existem ou não as condições para fazer a revolução e para o seu triunfo, será indispensável recorrer à violência revolucionária ou esta transformação é possível através da via reformista parlamentar? A atitude perante este problema vital para o proletariado e para todos os oprimidos e explorados, foi e continua a ser uma linha de demarcação entre os marxistas-leninistas de um lado, e os oportunistas e revisionistas de todos os matizes, do outro".

A esta questão-chave todos os revisionistas, sejam russos, chineses, jugoslavos ou "eurocomunistas", respondem pela negativa, renunciando, de uma forma ou de outra, à via revolucionária. Este traço comum a todos os revisionistas tem de estar presente no nosso Partido para que o combate ao revisionismo atinja a questão fundamental que a ele nos opõe: a necessidade de conduzir o proletariado no caminho da revolução.

Foi ainda a Sessão Científica de Tirana que afirmou: "não pode ser um verdadeiro leninista quem esquecer ou rejeitar o que há de mais essencial no leninismo: a teoria da revolução, que continua jovem e actual, já que a exploração e a opressão só podem ser suprimidas pela revolução. Todo o desvio da lei da revolução conduz ao revisionismo. Por isso, a defesa e a aplicação consequentes da teoria marxista-leninista da revolução é uma das tarefas mais importantes que se colocam na nossa época aos revolucionários marxistas-leninistas".

Eis, em suma, a base comum de todas as manifestações de revisionismo e a importância de o combater.

3. A consolidação do movimento comunista é inseparável da luta contra o revisionismo

O movimento comunista internacional, no qual o PCP(R) se integra como destacamento de combate, reorganizando-se depois da grande traição do revisionismo kruchovista, dá actualmente passos decididos para o fortalecimento da sua unidade em bases marxistas-leninistas e para o alargamento da intervenção dos vários Partidos Comunistas na luta de classe do proletariado. Passando da fase da propaganda contra o revisionismo no plano internacional à elaboração e à luta pela realização de programas concretos de acção revolucionária em cada país, põe-se como necessidade a todos os Partidos Comunistas marxistas-leninistas o aprofundamento da luta contra o revisionismo, o restabelecimento da herança revolucionária do leninismo e das ideias vitoriosas da grande Revolução Socialista de Outubro atraídas pelos revisionistas, e a elaboração de uma estratégia e uma táctica autenticamente

revolucionárias, adequadas às tarefas que hoje se apresentam ao proletariado e aos povos. Ao mesmo tempo, aos Partidos Comunistas levanta-se como imperativo demolir e erradicar as influências do maoísmo que se manifestaram no movimento marxista-leninista desde o corte com o revisionismo soviético, tendo como consequência distorções sérias na ideologia, na prática e na edificação de muitos dos novos partidos à luz do leninismo e provocando mesmo a degenerescência de alguns deles.

O Partido do Trabalho da Albânia e o seu grande dirigente, camarada Enver Hoxha, têm desempenhado um papel de vanguarda nesta obra de reagrupamento do movimento comunista em bases marxistas-leninistas. O PCP(R) toma como exemplo a atitude consequente e inflexível com que o PTA e o camarada Enver Hoxha dirigem a construção do socialismo na Albânia e defendem a pureza do marxismo-leninismo contra os oportunistas e revisionistas.

O 3º Congresso salienta que, em Portugal, ao PCP(R) como destacamento do movimento comunista internacional e a cada um dos seus militantes e dirigentes, põe-se hoje como tarefa desenvolver a luta anti-revisionista em duas direcções principais:

A primeira: aprofundar a luta teórica, política e prática contra o revisionismo cunhalista, que ainda não está desmascarado na classe operária e constitui o mais sério obstáculo ao desenvolvimento da sua consciência e da sua luta revolucionária, e que pode inclusivamente exercer influência nas nossas fileiras;

A segunda: aprofundar a edificação do PCP(R) como Partido leninista proletário para a revolução e o socialismo, tornando cada militante consciente do que nos distingue radicalmente do maoísmo, na ideologia, na política e nos princípios de organização.

Para tal, o PCP(R) deverá participar activamente na luta ideológica a nível internacional contra o revisionismo e na luta pela definição de uma estratégia e de uma tática revolucionárias para o movimento comunista.

II O REVISIONISMO CUNHALISTA TEORIA E PRÁTICA BURGUESA E ANTI-REVOLUCIONÁRIA

O 3º Congresso do PCP(R) coloca como tarefa a todo o Partido intensificar no seio da classe operária a luta contra o revisionismo cunhalista, com a compreensão de que sem a sua derrota em todos os campos não há avanço vitorioso da revolução. Partindo das teses do revisionismo soviético, Cunhal elaborou uma política burguesa adaptada às condições nacionais que é preciso desmascarar ponto por ponto. Resultando da degenerescência do velho PCP, o partido revisionista continua a cobrir-se com máscaras "revolucionárias" e "leninistas" que é preciso arrancar. A política e a prática revolucionárias do PCP(R) só podem ganhar o apoio da maioria da classe operária em luta frontal contra a política e a prática dos revisionistas cunhalistas.

O revisionismo cunhalista é o inimigo mais poderoso que o nosso Partido enfrenta na sua luta para trazer a classe operária para posições revolucionárias. Domina a maioria das organizações de classe dos trabalhadores, possui um aparelho partidário centralizado, conta com considerável apoio material e político de uma superpotência imperialista (a União Soviética), dispõe ainda do prestígio conquistado na luta contra o fascismo. Durante muitos anos o proletariado em Portugal não encontrou alternativa para o revisionismo. Os grupos marxistas-leninistas não respondiam nem política nem organizativamente às exigências da luta revolucionária. A traição do revisionismo não foi tornada evidente para a maioria da vanguarda operária por ter faltado, no próprio interior da classe operária, uma luta profunda e contínua dos marxistas-leninistas contra o cunhalismo. Estes factos conferem ao revisionismo cunhalista uma capacidade considerável para continuar a arrastar vastas massas de trabalhadores iludidas com a imagem de partido revolucionário que o PCP já não é. Permitem-lhe ir espalhando entre a classe operária as ilusões reformistas da sua política. Estas são condições desfavoráveis que o nosso Partido enfrenta na luta para afastar da classe operária a influência revisionista. São também razões que fazem do revisionismo cunhalista o principal obstáculo à tomada de consciência pelo proletariado dos seus interesses de

classe e revolucionários. Ter consciência de umas e de outras é indispensável para o êxito do combate que travamos.

A condição mais decisiva para derrotar o revisionismo está, todavia, criada: é a existência, há mais de três anos, do nosso Partido. A presença activa no interior da classe operária de uma vanguarda marxista-leninista com apoio de massas é um facto reconhecido pelos próprios revisionistas. No movimento sindical criou-se e tem condições para se desenvolver amplamente uma corrente revolucionária que disputa a hegemonia dos cunhalistas.

Estas são condições favoráveis que, a par da crise persistente do capitalismo em Portugal, concorrem para o sucesso na luta contra o revisionismo, até à sua desagregação.

Para isso, precisamos de saber conduzir a luta nesta importante frente ideológica e política. O Partido necessita de ficar armado não só com conhecimentos de ordem teórica e ideológica sobre o revisionismo, mas também com lições das experiências vividas na luta de massas contra o cunhalismo.

O 3º Congresso sublinha que é tarefa do PCP(R) prosseguir o trabalho de estudar as causas de degeneração do velho PCP; aprofundar o conhecimento da base social do revisionismo em Portugal; analisar a estratégia e a tática políticas dos cunhalistas; recolher constantemente a experiência da luta do Partido contra os revisionistas.

1. Bases revisionistas para uma política burguesa

O revisionismo cunhalista é fruto do apodrecimento de uma corrente oportunista de direita que se vinha revelando no velho PCP. Foi beber as bases da sua política à revisão das teses fundamentais do marxismo-leninismo realizada no XX Congresso do PCUS. Considerando que a alteração da correlação de forças na arena internacional, o crescente poder da União Soviética e do campo socialista, o crescimento das forças democráticas do mundo, era suficiente para impor respeito ao imperialismo e às forças reacçãoárias e capitalistas em cada país, os revisionistas kruchovistas lançaram a linha do desenvolvimento pacífico do capitalismo rumo ao socialismo. Consideraram que se tinha entrado numa época inteiramente nova que tornava desactualizados os princípios básicos da revolução proletária elaborados por Lênine. Violaram todas as concepções marxistas-leninistas quanto à estrutura das sociedades modernas na época do imperialismo, quanto ao carácter de classe do poder de Estado, quanto à revolução e à luta de classes. Elaboraram uma via de acumulação gradual de forças no quadro do capitalismo sem chegar aos confrontos revolucionários e insurreccionais, uma via de luta por remendos e reformas, de transformação gradual da superestrutura da sociedade burguesa. Definiram uma estratégia anti-revolucionária, de subordinação do proletariado à luta por reformas "avançadas", de conversão dos Partidos Comunistas em forças de oposição no quadro das instituições burguesas, de luta contra a

radicalização revolucionária e as forças autenticamente revolucionárias. Tornaram-se renegados da revolução.

Partindo desta base, em Portugal a política do partido cunhalista assenta hoje em quatro pilares revisionistas: a "evolução pacífica da democracia para o socialismo"; a existência de um "sector não-capitalista" na economia; a "estabilização" e a luta no quadro das instituições; e a "recuperação económica sem recuperação capitalista".

A "democracia a caminho do socialismo" — Após o derrube do fascismo, tornou-se clara a utilização que os revisionistas portugueses fazem da teoria da transição pacífica para o socialismo. Passando a apregoar que em Portugal a democracia tinha tomado o rumo do socialismo, toda a sua política teve como objectivo cegar o proletariado para a grande tarefa revolucionária, a mais importante de todas, que tinha pela frente para que se abrisse de facto ao país o rumo do socialismo: a instauração de um poder popular revolucionário, dirigido pela classe operária, abrindo o caminho à instauração completa da ditadura do proletariado. Não há socialismo sem revolução, sem o derrube violento da burguesia e a instauração de um poder que tenha capacidade para levar até ao fim a expropriação dos capitalistas e imperialistas, reprimir as tentativas contra-revolucionárias e organizar uma ordem social superior. E esse poder só pode ser a ditadura do proletariado. É esta a essência do leninismo que Cunhal renega. Foi Lênine que disse: *"os que substituíram a luta de classes pelos seus sonhos sobre o entendimento das classes, imaginam também a transformação socialista como uma espécie de sonho sob a forma, não do derrube da classe exploradora, mas de uma submissão pacífica da minoria à maioria consciente das suas tarefas. Esta utopia... conduziu na prática à traição aos interesses das massas trabalhadoras"* (*"O Estado e a Revolução"*). E ainda: *"O simples pensamento de subordinar pacificamente os capitalistas à vontade da maioria dos explorados, da passagem ao socialismo pela via pacífica, reformista, não é apenas uma estupidez extrema, mas também uma aldrabice pura e simples, o embelezamento da escravatura assalariada capitalista... Só o derrube da burguesia pela violência, a confiscação dos seus bens, a destruição do conjunto do aparelho de Estado burguês, da base até ao topo, aparelho parlamentar, judicial, militar, burocrático, administrativo, municipal etc... só estas medidas podem assegurar a verdadeira subordinação do conjunto da classe dos exploradores"* (*"Teses sobre as tarefas do II Congresso da Internacional Comunista"*).

Quando, durante a crise revolucionária, o PC revisionista ganhou importantes posições no poder, fez tudo quanto pôde para se apoderar do aparelho de Estado tal como tinha sido herdado do fascismo e colocá-lo ao seu serviço, opondo-se à sua destruição violenta pelas massas populares em acções revolucionárias. Hoje, Cunhal lamenta-se, nas *"Teses para o IX Congresso do PCP"*, de que a defesa das *"transformações democráticas se tornou extremamente mais difícil porque a revolução não destruiu o aparelho de Estado das antigas classes dominantes e não construiu um aparelho de Estado democrá-*

tico". Em Portugal não houve uma verdadeira revolução, pois nem o aparelho de Estado da burguesia foi totalmente desmantelado, nem a classe operária tomou o poder em aliança com as outras classes revolucionárias. É isto que Cunhal escamoteia. Lénine definiu claramente o carácter de classe do poder necessário à construção do socialismo, diferenciando-o radicalmente do poder burguês, por mais democrático que seja: "*A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, leva necessariamente ao reconhecimento da dominação política do proletariado, da sua ditadura, ou seja, de um poder que ele não partilha com ninguém e que se apoia directamente na força armada das massas. A burguesia só pode ser derrubada se o proletariado se transformar em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia, e de organizar para um novo regime económico as massas trabalhadoras e exploradas*". A invenção cunhalista da "democracia rumo ao socialismo" é uma traição que nada tem a ver com o marxismo revolucionário.

O "sector não-capitalista" da economia — Em Portugal, como fruto da crise revolucionária de 1974/75, verificaram-se transformações profundas que retiraram as alavancas do poder económico aos grupos monopolistas e as concentraram nas mãos do Estado. São transformações progressistas, na medida em que golpeiam o principal núcleo da reacção capitalista, enfraquecem a burguesia e possibilitam ao proletariado avançar para batalhas superiores, visando a revolução. Não foi assim que os revisionistas viram a reforma agrária e as nacionalizações. Apoiaram-se nessas conquistas, não para as conduzir no sentido da revolução mas sim no sentido das reformas. Passaram a apregoar que constituíam um sector "não-capitalista" da economia e que a partir daí "*o desenvolvimento da economia portuguesa nas condições criadas pelas transformações levadas a cabo pela revolução não é no sentido do capitalismo, mas no sentido do socialismo*" (A. Cunhal, "*A revolução portuguesa*" pág. 277). Única condição para isso seria a formação de um governo PC/PS. Não seria preciso destruir toda a estrutura do poder político burguês. É mais uma traição à revolução.

Tendo a evolução da sociedade portuguesa nos últimos anos tornado evidente a falência das teses revisionistas, estes procuram vender o seu contrabando de forma mais subtil e mais enganosa. Nas "*Teses para o IX Congresso*" os cunhalistas ao falarem das nacionalizações e da reforma agrária dizem que se trata de "*formas de organização económica com dinâmica não capitalista*", o que é um modo camuflado de dizer o mesmo, de falar do tal "sector não-capitalista" da economia. Lénine dizia que as nacionalizações e o controlo por parte do Estado de sectores da economia são um passo em frente na criação das condições materiais e técnicas para a socialização da economia, mas que em si não representam senão uma nova fase do regime capitalista. Não alteram o carácter de classe do Estado burguês. Para que a economia rompesse com o capitalismo, Lénine punha como condição primeira a alteração do poder político. E condenava como reformistas todos

os que, como Cunhal, se punham a descobrir "sectores não-capitalistas" na economia capitalista nacionalizada: "*O facto de este capitalismo estar 'próximo' do socialismo deve constituir, para os verdadeiros representantes do proletariado, um argumento em favor da proximidade, da facilidade, da possibilidade, da urgência da revolução socialista e nunca um argumento para tolerar a negação desta revolução e as tentativas para embelezar o capitalismo, tarefa em que se ocupam todos os reformistas*" ("*O Estado e a Revolução*"). Em oposição aos revisionistas, o PCP(R), ao empregar os seus esforços na defesa das conquistas de Abril, utilizará essa luta para agudizar as contradições com o poder burguês e abrir o caminho à revolução e não para obscurecer o carácter burguês e capitalista do actual poder.

A "estabilização" e a luta no quadro das instituições — Conjuntamente com a invenção de uma economia em desenvolvimento "não-capitalista", os revisionistas cunhalistas fogem permanentemente à questão escaldante de definir com precisão o carácter de classe do actual poder. No encerramento do seu VIII Congresso, Cunhal afirmou: "*Hoje não temos uma democracia burguesa com Mellos, Espíritos Santos e Champallimauds, mas uma democracia política com uma base económica que se encaminha para o socialismo*"; e para evitar definir o carácter de classe dessa "democracia política", afirmou que se trata de "*um poder de complexa composição social*". Os revisionistas tentam apresentar um poder que está fora das classes para mais facilmente justificar a sua linha de "estabilidade" a todo o custo: "*O PCP empenha os seus melhores esforços para a consolidação do regime democrático, para o prosseguimento de uma via democrática normal no quadro das instituições*" (idem). Esta aceitação das instituições burguesas, do Estado burguês, é justificada da seguinte forma: "*É possível defender as conquistas da revolução e prosseguir na construção da democracia, desde que a acção se desenvolva em dois planos complementares: ao nível das massas e ao nível dos órgãos de poder*" (idem). O grande objectivo dos revisionistas cunhalistas é a participação nos órgãos do poder burguês, e não a sua destruição por meio da acção revolucionária de massas. Dizem que "*respondendo às reais exigências da situação, o PCP está pronto a tomar as suas responsabilidades num governo democrático, para que Portugal possa sair da crise*" ("*Teses para o IX Congresso*", pág. 32). Para os revisionistas cunhalistas, as acções de massas subordinam-se e devem servir a sua influência eleitoral. Daí que para o partido revisionista "*o sufrágio passou a ser uma forma de luta e de intervenção na vida política que pode ser determinante*" (idem, pág. 26).

A posição servil dos dirigentes revisionistas perante a hierarquia militar e, mesmo no período de crise revolucionária, a sua hostilidade à organização independente dos soldados e a sua acção centrada nas pressões sobre os oficiais, são um aspecto particular da submissão ao poder burguês e às suas estruturas. A propaganda do "voto útil" e da "maioria de esquerda" feita pelos revisionistas nada tem de comum com uma táctica revolucionária, é dirigida no sentido da integração do proletariado no campo da luta parla-

mentar burguesa. A defesa da "estabilidade" e do "realismo", a condenação da verdadeira radicalização revolucionária, são uma constante da política revisionista.

O PCP(R), ao lutar pelo amplo desenvolvimento do movimento operário e popular de massas, pela gradual elevação das formas de luta como condição para a defesa vitoriosa das conquistas alcançadas e para arrancar novas conquistas revolucionárias, lutará igualmente contra esta política revisionista que tem sido responsável pelo campo livre que as forças reacçãoárias encontraram para contra-atacar.

A "recuperação económica sem recuperação capitalista" — Ao apregoar que os trabalhadores "estão vitalmente interessados na recuperação económica", tal como antes haviam apelado à "batalha da produção", os dirigentes revisionistas procuram, por um lado, cegar a classe operária para o facto de que, sem alterações políticas radicais, sem que a economia seja dirigida por um poder popular, não estão criadas condições para que o desenvolvimento económico beneficie a maioria da população; procuram, por outro lado, incutir nas massas a ideia de que o desenvolvimento da produção, conjuntamente com as manobras dos dirigentes revisionistas junto dos órgãos do poder, teria uma "força moral" capaz de conter a ofensiva capitalista; procuram, por fim, apresentar-se como indispensáveis para o bom funcionamento das estruturas produtivas, como políticos "responsáveis" e "construtivos" indispensáveis no governo burguês. Os dirigentes revisionistas condenam verbalmente a "recuperação capitalista". No entanto, os planos que apresentam para combater a crise não passam de medidas económicas dentro dos limites do reformismo burguês. A distinção entre uma política revolucionária e uma política reformista face à crise e à recuperação capitalista não passa por se proporem mais ou menos reestruturações, aumento de exportações, substituição de importações, planificação e orientação do crédito, mas sim pela resposta à questão: **à custa de quem combater a crise?** Uma política revolucionária de combate à recuperação capitalista exige o corte completo com o controlo imperialista sobre a nossa economia, controlo que não foi afectado com as nacionalizações e pelo contrário se tem agravado; exige o desenvolvimento da luta de massas para não aceitar o mínimo recuo nas conquistas populares, nomeadamente na reforma agrária; exige o rompimento com a política "realista" que tem sido aplicada na negociação dos Contratos Colectivos, e que é responsável por graves cedências no nível de vida dos trabalhadores; exige luta firme contra as indemnizações aos capitalistas. Nada disto fazem os dirigentes revisionistas. Esta a razão pela qual o PCP(R) continuará a opor a palavra de ordem **"os ricos que paguem a crise!"** ao slogan reformista "recuperação económica sim, recuperação capitalista não".

A política revisionista da "democracia rumo ao socialismo", que os dirigentes cunhalistas tentam apresentar como a via da revolução portuguesa, está em completa oposição às exigências básicas de uma autêntica política revolucionária, fiel ao marxismo-leninismo e aos interesses do proletariado.

Este facto deve ser persistentemente propagandeado e explicado à classe operária por todos os militantes do PCP(R).

2. Renegados da revolução com máscaras "leninistas"

Os dirigentes revisionistas tentam cobrir a sua traição à revolução com máscaras de fidelidade ao "leninismo" e ao "internacionalismo proletário" que é preciso arrancar.

Os dirigentes revisionistas apresentam-se como "leninistas" e chegam mesmo a criticar aqueles que, como Carrillo, consideram o leninismo "uma camisa suja". Mas os cunhalistas renegaram a essência revolucionária do leninismo, consideram-na desactualizada. O central no pensamento leninista é o problema da revolução que varre a máquina de Estado burguesa, a destrói por completo e a substitui por outro Estado, que não é senão o proletariado organizado em classe dominante — a ditadura do proletariado. Quem se afasta deste ponto de vista, abandona, não só o fundamental do leninismo, como o fundamental do marxismo. Os chefes cunhalistas tomam do leninismo apenas algumas formulações, apenas o que pode servir a sua política burguesa. Ao riscarem do seu programa a ditadura do proletariado, os revisionistas portugueses confessaram o abandono que já tinham feito dos princípios leninistas.

Os dirigentes revisionistas alardeiam a sua fidelidade ao "internacionalismo proletário". Mas o internacionalismo proletário só ganha um conteúdo concreto, que permite avaliar a verdadeira natureza das forças que lhe juram fidelidade, quando ligado à questão da revolução, não só no plano internacional, como nacional. *"Há um único internacionalismo verdadeiro"* — escrevia Lênine. *"Consiste em trabalhar com abnegação para o desenvolvimento do movimento revolucionário no seu próprio país, e em apoiar (por meio da propaganda, da ajuda moral e material) esta mesma luta, esta mesma linha, e só ela, em todos os países sem excepção"*. Não é o problema da revolução que guia os revisionistas cunhalistas. No plano internacional, o seu esforço central é para apoiar a União Soviética, onde uma nova classe burguesa destruiu o socialismo, e que pratica uma política externa burguesa e social-imperialista, buscando ganhar esferas de influência e não apoiar a revolução dos povos. O "internacionalismo" dos chefes cunhalistas é ditado pela submissão aos interesses de grande potência da clique dominante na União Soviética. Nada tem de proletário.

Perante os operários portugueses, a essência revolucionária do leninismo e do internacionalismo proletário deve ser defendida pelo PCP(R), e só por ele.

3. Um produto da degenerescência do velho PCP

O partido cunhalista é um produto do processo de degenerescência verificado no velho PCP, acelerada pelo aparecimento do revisionismo kruchovista. Para além das causas externas, existem causas internas que tornaram

possível um partido revolucionário marxista-leninista degenerar num partido revisionista contra-revolucionário e que tornaram viável ao grupo revisionista de Cunhal, Pato, Vilarigues e Fogaça, etc., tomar o partido por dentro e transformá-lo num partido burguês para operários.

Em primeiro lugar no velho PCP foi-se perdendo de perspectiva a questão da tomada do poder político. Organizava-se principalmente a classe operária para a luta diária contra a exploração, mas apagava-se o objectivo revolucionário da tomada do poder e a necessidade de métodos revolucionários de luta para atingir este objectivo. Organizava-se a luta de massas contra o fascismo, mas não se indicava o caminho próprio da classe operária para o seu derrube nem se propagandeava de modo sistemático a missão histórica do proletariado de tomar o poder pela violência revolucionária para instaurar a ditadura do proletariado, construir o socialismo e caminhar para a sociedade comunista.

Em segundo lugar no velho partido foi desprezada a aliança operário-camponesa, um dos pilares fundamentais para o triunfo da revolução. A actividade do partido foi longamente marcada pela luta antifascista em aliança com a burguesia liberal. A excepção mais importante a esta orientação é o período de actividade em que o Partido foi dirigido pelo camarada José Gregório. Aquela política provocou, naturalmente, desvios na actividade do partido. Como consequência de sacrificar tudo aos acordos com a burguesia liberal para o combate ao fascismo, o proletariado perde a sua hegemonia na frente popular e os seus objectivos de classe são abandonados e substituídos pelos da burguesia liberal.

Em terceiro lugar houve no velho PCP uma progressiva deturpação dos princípios de organização e funcionamento de um partido comunista. A gradual transformação do centralismo democrático em centralismo burocrático, a falta de discussão política e ideológica, foi desarmando os militantes e provocando a estagnação da vida política do partido. As debilidades da formação marxista-leninista da maioria dos quadros fez deles praticistas sem perspectivas, na maioria dos casos limitados ao âmbito da luta reivindicativa. Apesar da composição de classe do Partido ser fundamentalmente proletária, a classe operária foi deixando de ter voz activa no partido.

Em quarto lugar o velho PCP manteve um grande isolamento em relação ao movimento comunista internacional, o que provocou uma visão nacionalista estreita da luta do proletariado e do povo português. Havia incompreensões e desinteresse pela luta de classes internacional e alheamento pela luta dos outros partidos comunistas contra o oportunismo nas suas fileiras. Não se armava assim os militantes contra o aparecimento do oportunismo dentro do Partido. Só no período de 1949 a 1954, sob a direcção do camarada José Gregório, o Partido teve uma posição consequente na luta contra o revisionismo titista.

Em quinto lugar, e em consequência de uma visão nacionalista estreita, no velho Partido nunca existiu uma política consequente em relação à questão

colonial. Apesar de denunciar a administração colonial fascista, não se dava combate ao veneno do chauvinismo na mentalidade do povo nem se procurava ajudar a organização dos movimentos de libertação para o desencadeamento de insurreições nacionais de libertação. Ao subordinar a luta dos povos coloniais à luta contra o fascismo em Portugal, a direcção do velho Partido tomava uma posição chauvinista e não ajudava na prática esses povos a libertarem-se do colonialismo português.

Todos estes factores foram permitindo que a ideologia oportunista reformista fosse penetrando nas fileiras do Partido. Os militantes não se armaram para a discussão política e o combate ao oportunismo, não aguçaram a vigilância proletária de classe, tornando possível a tomada do Partido pelo grupo revisionista de Pires Jorge, Vilarigues, Pato, Fogaça e, mais tarde, Cunhal. A traição revisionista do 20º Congresso do PCUS vem encontrar o Partido extremamente enfraquecido no plano ideológico e político e deu mais peso ao ataque do grupo cunhalista.

O PCP(R), ao analisar a degenerescência do velho PCP, tira como lição fundamental que a luta contra o revisionismo cunhalista é inseparável do combate ao oportunismo infiltrado nas fileiras partidárias e do combate às causas que permitiram a transformação do velho Partido Comunista revolucionário num partido revisionista contra-revolucionário.

4. Um destacamento burguês infiltrado no movimento operário

Para que nas complexas condições da luta de classes o Partido não perca o rumo no combate contra a influência revisionista na classe operária, todos os comunistas devem compreender bem as características fundamentais do partido cunhalista.

O revisionismo é o resultado da degeneração burguesa produzida no interior do próprio movimento operário revolucionário. O apoio de que beneficiam os revisionistas entre a classe operária e entre as massas populares é consequência de esta traição aos seus interesses de classe não se ter tornado clara para a maioria do proletariado e restantes trabalhadores. Os revisionistas dispõem assim de uma base de apoio popular que lhes dá a possibilidade de continuarem a corromper o movimento operário e a desviá-lo dos objectivos revolucionários.

A essência da política revisionista é a luta por reformas sem pôr em causa os limites do capitalismo e é a decomposição do movimento revolucionário do proletariado. Os revisionistas lutam por reformas no sistema capitalista mas impedem que o movimento operário desfira golpes nos próprios fundamentos da sociedade burguesa. Por isso foram o mais perfeito aliado da burguesia reformista depois do derrube do fascismo. Todas as suas guinadas "radicais" e as movimentações por eles desencadeadas, que ajudam a manter o seu prestígio entre largos sectores operários iludidos, não ultrapassam nunca estes limites. Se os revisionistas portugueses mantêm ainda uma fachada "revolu-

cionária" e não "eurocomunista", isso deve-se unicamente à extrema fraqueza da burguesia portuguesa, à profunda crise que atravessa o capitalismo no nosso país e ao papel desempenhado pelo nosso Partido no movimento operário e popular; não se deve de forma alguma ao facto de os dirigentes revisionistas portugueses terem uma natureza diferente dos Berlinguer, Marchais ou Carrillo. Esta característica dos revisionistas deve ser bem compreendida e explicada para que as suas aparentes guinadas não possam provocar confusão nas fileiras do proletariado e para que o PCP(R) seja capaz de lhe opor em todas as circunstâncias uma política revolucionária consequente.

O revisionismo representa os interesses de classe de sectores sociais estreitamente ligados ao grande capital e cuja existência dele depende. Estes sectores sociais de técnicos, funcionários, aristocracia operária, que o capital monopolista multiplica consideravelmente, têm os seus destinos ligados ao capitalismo e perseguem interesses de classe antagónicos aos do proletariado. Os dirigentes revisionistas apoiam-se cada vez mais na burocracia sindical composta por operários aburguesados, por funcionários, técnicos e economistas que são os verdadeiros senhores da estrutura sindical; apoiam-se também em sectores da tecnocracia, dos intelectuais e gestores do sector nacionalizado. Tal é a sua base social de apoio. Os representantes destas camadas têm vindo a ganhar importância crescente no partido revisionista, fornecem a base ao seu quadro de funcionários e às suas estruturas de direcção superior, influem decisivamente na definição da política revisionista que corresponde completamente aos seus interesses de classe contra-revolucionários.

É missão do nosso Partido desmascarar com toda a clareza o antagonismo existente entre os interesses de classe destes sectores e os interesses de classe do proletariado. Tal demarcação é indispensável para que as reivindicações imediatas e as aspirações revolucionárias do proletariado se apresentem de modo independente na luta política e se imponham aos interesses de todas as outras classes.

O partido revisionista não pode, no entanto, ser encarado da mesma forma que qualquer outra força reformista burguesa ou pequeno-burguesa. A sua acção apresenta características diferentes, por duas ordens de razões.

Primeiro, porque a política dos revisionistas obedece não apenas a objectivos tácticos reformistas, mas também a um plano estratégico contra-revolucionário. O seu fim é alcançar o poder nos países capitalistas guiando aos postos-chave do aparelho de Estado os representantes das camadas que constituem a sua base social e implantando uma ditadura social-fascista. A "via parlamentar", a infiltração nos órgãos do poder burguês, ou o golpe de Estado, fazem parte dos meios usados pelos revisionistas, que procuram confundir estes seus métodos com a própria revolução, enganando as massas trabalhadoras que aspiram à transformação revolucionária da sociedade capitalista.

A política do partido revisionista tem a apoiá-la uma superpotência

imperialista, a União Soviética de capitalismo restaurado. As reformas dos reformistas burgueses e pequeno-burgueses são um sonho piedoso e inconsequente, não são realizáveis senão em pequena escala. Mas as reformas por que os revisionistas lutam, mesmo sem ultrapassar os limites do capitalismo, surgem às massas como realizáveis na condição de Portugal ser sustentado pela União Soviética social-imperialista. Embora o seu projecto se case com o da burguesia reformista, eles têm contradições reais nesta questão. A estratégia revisionista é consequente: reformar a sociedade burguesa, ligar o país ao social-imperialismo numa posição dependente. Embora na situação presente, nas actuais condições internacionais, esse projecto não seja viável de imediato, os chefes revisionistas não deixarão de tentar pô-lo em prática nas condições de um grande agravamento da crise geral do capitalismo e do surgimento de situações revolucionárias à escala mundial.

Nessa altura não hesitarão em pôr em prática métodos golpistas, como mostra a experiência nacional e internacional. Os chefes revisionistas portugueses integram-se como uma peça nos planos da União Soviética social-imperialista em disputa com o imperialismo norte-americano.

Segundo, porque na sua acção política, mesmo no quadro das instituições burguesas, os dirigentes revisionistas dispõem de armas de que nenhum reformista burguês dispõe em Portugal: o apoio em numerosas organizações de massas da classe operária, a classe mais combativa e que constitui uma enorme força de pressão quando dirigida pelos revisionistas; e uma organização partidária centralizada e actuante, resultante da degeneração da estrutura partidária leninista. Estes factores dão à acção política dos revisionistas características próprias, diferentes dos outros reformistas, e que contribuem para manter a fachada de "grande partido da classe operária".

Como partido marxista-leninista que tem por missão conquistar o reconhecimento da maioria da classe operária e conduzi-la à revolução, o PCP(R) define a sua política face ao partido revisionista tendo fundamentalmente em conta o seu carácter de renegado da revolução. Esse é o aspecto central, que não pode ser diluído, nem na definição da estratégia e de uma táctica autenticamente revolucionárias, nem na acção diária dos comunistas entre as massas. Os revisionistas não são uma força inconsequente. O seu reformismo não é o reformismo da pequena burguesia, é o reformismo de renegados da revolução. Resulta, não da luta inconsequente por concessões parciais capazes de satisfazer os interesses limitados da pequena burguesia, mas sim do abandono deliberado e consciente dos objectivos vitais e últimos da luta proletária. Os revisionistas dispõem de uma estratégia elaborada para evitar uma verdadeira revolução. Na sua luta contra os operários revolucionários, não hesitam em recorrer a métodos social-fascistas. Toda a sua acção táctica diária, mesmo quando levantam objectivos políticos e económicos imediatos pelos quais também lutamos, é essencialmente diferente da nossa: é conduzida no sentido de corromper a consciência da classe operária, de decompor a revolução através de reformas. Por isso não há possível

esbatimento de fronteiras entre os comunistas marxistas-leninistas e os revisionistas cunhalistas, mesmo no plano da acção imediata, da luta por reivindicações parciais. Existe entre nós e o partido revisionista uma linha de demarcação irreconciliável, uma contradição de tipo antagónico.

A tendência de direita que se manifestou no nosso Partido procurava apagar o antagonismo que separa o proletariado revolucionário do revisionismo. Entendia a unidade da classe operária, não como uma luta entre a corrente marxista-leninista, representada pelo nosso Partido, e os revisionistas, para conquistar a direcção do movimento operário, mas como uma "junção de esforços" sem uma base de princípios. Conduzia à dissolução das forças revolucionárias. Em vez de partir das ideias de que o nosso Partido e o partido revisionista são duas forças que se excluem e que não podem coexistir no movimento operário, procurava descobrir afinidades e interesses comuns entre uns e outros sob o argumento de que ambos são forças de base operária e popular.

A luta pela unidade da classe operária é entendida pelo nosso Partido como uma luta para trazer a maioria da classe operária às posições revolucionárias, uma luta contra a influência revisionista. Através de todos os procedimentos tácticos que tenhamos de utilizar tendo em conta que os chefes revisionistas ainda enganam a maioria da classe operária e que precisamos de nos aproximar da sua base para facilitar a passagem das massas a posições revolucionárias, os militantes comunistas devem ter sempre como norte fazer surgir de forma cada vez mais clara diante das massas a linha de demarcação irreconciliável entre a ideologia, a política e a prática do PCP(R) e as do partido revisionista cunhalista. Devem ser combatidas as teses oportunistas que buscam pontos de contacto com os revisionistas para passarem a plataformas gerais entre o PCP(R) e o partido revisionista. A experiência do nosso Partido comprova que, sempre que obtivemos vitórias significativas sobre os revisionistas na luta de massas, elas se basearam na nossa acção independente, na nossa capacidade de iniciativa, na amplitude da movimentação, na clara demarcação política. Pelo contrário, sempre que na acção de massas apagámos os contornos da nossa política, deixámos a iniciativa aos revisionistas, ou estreitámos os limites da nossa intervenção, sofremos derrotas, quer políticas, quer na consolidação do Partido.

O revisionismo é uma corrente burguesa no movimento operário. O partido revisionista cunhalista, como partido burguês para operários, vai buscar a sua força principalmente ao facto de se apoiar numa classe operária que, embora extremamente combativa, tem ainda em Portugal um nível de consciência reformista e essencialmente antifascista. As condições em que se desenrolou a luta de classes sob o fascismo e os próprios limites da acção política do velho PCP, não deram à classe operária portuguesa as possibilidades de forjar uma verdadeira consciência socialista de classe, de maneira a lutar de forma independente e consequente pela verdadeira revolução sem se colocar na dependência do reformismo ou do revolucionarismo pequeno-

-burguês. Mesmo o sector mais combativo existente na base operária do partido revisionista não ultrapassa ainda os limites do semi-reformismo, não é consequentemente revolucionário. O PCP(R) deve retirar deste facto a lição de que a luta contra o revisionismo cunhalista é inseparável do esforço para forjar uma verdadeira consciência socialista de classe do proletariado português.

5. Lutar contra o revisionismo até à sua derrota total

O 3º Congresso do PCP(R), constatando a existência de condições objectivas para o surgimento de posições de vacilação e conciliação com o revisionismo, e constatando, além disso, a manifestação no seio do Partido de uma tendência para apagar a demarcação com o revisionismo a pretexto da amplitude táctica, indica a necessidade absoluta de todo o Partido elevar, não só a luta contra o revisionismo, mas também a luta contra as tendências de conciliação com o revisionismo.

O 3º Congresso indica quatro linhas de acção para elevar a luta contra o revisionismo cunhalista.

A primeira: penetrar cada vez mais profundamente nas massas operárias é o conteúdo fundamental da nossa luta contra o revisionismo. Afirmando o PCP(R) com a sua fisionomia própria no seio da classe operária, mostrando que os revisionistas traem os seus interesses, propagam as ideias e a influência burguesa e são de facto os aliados e agentes da burguesia, ensinaremos as massas operárias a distinguir os seus verdadeiros interesses políticos e a lutar pelo socialismo e pela revolução através de todas as batalhas parciais e imediatas. Demonstrar uma a uma as falsas teses revisionistas, explicar aos operários que a camarilha cunhalista nada tem de comum com o velho PCP, que a cisão com o revisionismo é inevitável e necessária, educá-los para a revolução combatendo-o implacavelmente: eis a única linha revolucionária.

A segunda: é indispensável propagandear permanentemente entre as massas, de forma bem demarcada dos revisionistas, as nossas próprias bandeiras tácticas e estratégicas, as bandeiras do 25 de Abril do povo, da revolução popular e do socialismo, as bandeiras da revolução violenta, ligadas aos factos concretos da vida e da luta operária. A divulgação das vitórias do socialismo e da ditadura do proletariado na Albânia e a denúncia da degenerescência burguesa dos países revisionistas é indispensável.

A terceira: deve ser uma preocupação constante cavar contradições entre a base operária e os dirigentes renegados do partido revisionista, tanto através da propaganda e da luta ideológica, como através de diversos procedimentos tácticos maleáveis e simultaneamente firmes. A traição dos chefes cunhalistas deve ser constantemente exposta aos olhos dos seus militantes de base.

A quarta: o estudo militante do marxismo-leninismo é uma tarefa permanente de cada comunista para se armar para o combate ao revisionismo cunhalista e a todas as variedades do revisionismo contemporâneo.

III

O "PENSAMENTO MAO TSETUNG" SISTEMA DE IDEIAS ECLÉCTICAS ANTIMARXISTAS

O 3º Congresso do PCP(R) aponta como tarefa aprofundar nas fileiras do Partido a compreensão e desmascaramento do carácter antimarxista e anti-leninista do revisionismo chinês em todas as suas manifestações ideológicas e políticas, estratégicas e táticas. A evolução da política chinesa, o aprofundamento da luta contra a teoria dos "três mundos" e a pesquisa das suas raízes, factos novos que vieram a lume quanto às relações entre o Partido Comunista da China e o movimento comunista internacional, permitem hoje compreender que o revisionismo chinês não pode ser desligado do chamado "pensamento Mao Tsetung". O 3º Congresso aponta a todo o Partido como tarefa actual definir e aprofundar a posição dos comunistas portugueses face ao sistema de ideias que orientou toda a revolução chinesa.

A posição do 3º Congresso do PCP(R) sobre o pensamento e a obra de Mao Tsetung baseia-se em princípios claros. Que concepção tinha Mao Tsetung acerca dos problemas vitais da hegemonia do proletariado na revolução, da construção do socialismo e do Partido da classe operária? É o facto de Mao Tsetung se desviar do marxismo-leninismo nestas questões decisivas que levam o Congresso a rever a apreciação até agora feita sobre o dirigente chinês.

O debate travado no Partido precisa ser prosseguido e levado a fundo tendo em atenção os factos seguintes:

Em primeiro lugar, no combate ao revisionismo chinês deve ser tida em conta a nossa própria experiência partidária de luta contra os grupos maoístas e trimundistas e também contra o revisionismo cunhalista.

Em segundo lugar, é necessário que o debate se baseie numa argumentação de princípios para poder vencer as resistências a encarar de frente a figura e obra de Mao Tsetung e a julgá-las à luz das concepções fundamentais do marxismo-leninismo.

Em terceiro lugar, importa ter em conta que todos os defensores de posições de direita, quanto à linha do nosso Partido e quanto à luta anti-

-revisionista, preconizaram a neutralidade e abstenção a respeito do revisionismo chinês e do pensamento de Mao Tsetung. Tal facto, que não pode passar despercebido ao Partido, tem uma razão política importante. Quer a tendência de direita surgida no nosso Partido, quer as teses revisionistas chinesas assentam num dado comum: a revolução não é possível, o proletariado não tem forças para a levar a cabo e a encabeçar, caminha-se para uma estabilização política assente na consolidação do poder da burguesia capitalista; uma e outras defendem concepções liberais antileninistas acerca do partido proletário e preconizam o pluralismo político. Estas concepções aplicadas à situação internacional e à situação nacional produzem os mesmos resultados: negação da política independente dos partidos marxistas-leninistas. A recusa em tomar posição contra as teses revisionistas chinesas e contra as ideias de Mao Tsetung que lhe estão na base traduz uma afinidade de pensamento entre a tendência de direita e as concepções trimundistas. O Partido deve prosseguir o debate ideológico para combater todas as posições que signifiquem perda de perspectivas sobre o futuro da revolução.

Em quarto lugar, o Partido não deve subestimar os perigos do cepticismo e deve combater a tendência de, perante os problemas levantados pela evolução da China, perder de vista os princípios e pôr "tudo em causa", como se fosse a própria construção do socialismo, a necessidade do Partido e da revolução que estivessem em dúvida. O estudo profundo da evolução sofrida pela China importa, de um ponto de vista marxista-leninista, para armar o proletariado e os seus partidos. Os erros cometidos pela China e pelo Partido Comunista da China, longe de pôrem em causa os princípios essenciais pelos quais se guia a luta revolucionária para implantar o socialismo, vêm comprovar que só o apego e a aplicação sem vacilações desses princípios garante rumo certo ao proletariado para alcançar os seus objectivos históricos.

1. Autocrítica necessária

O 3º Congresso considera importante fazer uma referência autocrítica às posições que, ao longo da sua existência, o nosso Partido tomou a respeito da política chinesa, de Mao Tsetung e da teoria dos "três mundos".

O PCP(R) não se fundou como partido maoísta. Não nasceu na corrente que deu origem a diversos partidos marxistas-leninistas após o corte com o revisionismo russo e não adoptou como orientação política as ideias já então espalhadas pelo Partido Comunista da China.

A Resolução Política do 1º Congresso do PCP(R) defende posições marxistas-leninistas sobre a situação nacional e internacional e demarca-se em certos pontos de algumas teses fundamentais do revisionismo chinês. Contribuíram para isso as condições em que os comunistas portugueses foram reunificados, marcadas por uma crise revolucionária que tinha trazido para primeiro plano a classe operária; por uma luta árdua pela reconstrução do Partido em que se dividiu o campo dos marxistas-leninistas e o dos adeptos

das concepções chinesas; e por um apoio internacionalista que fez vingar as posições políticas e ideológicas marxistas-leninistas.

Esta demarcação, contudo, não foi completa. O Partido não ficou suficientemente armado para entender em toda a extensão o carácter anti-marxista-leninista das teses chinesas. Na altura, não estava ainda clarificada no movimento marxista-leninista a natureza revisionista da teoria dos "três mundos" e, ainda menos, a responsabilidade de Mao Tsetung na evolução sofrida pela revolução chinesa. Nestas condições, as tomadas de posição do Partido, nomeadamente na imprensa central, caracterizaram-se por um grande eclectismo: apoio e elogios à República Popular da China e a Mao Tsetung, enaltecimento à "construção do socialismo" na China, por um lado; e por outro lado, silêncio sem crítica face a posições políticas chinesas para as quais não se encontrava explicação em termos revolucionários, nomeadamente diversos factos da sua política externa. Nas relações do Partido com as massas levantavam-se dificuldades para justificar posições de carácter contra-revolucionário assumidas pelos chineses. Prevaleceu nestas circunstâncias uma atitude disciplinada e de princípios: defesa do que até aí era considerado um grande país socialista, uma grande revolução, um grande dirigente. Foi dentro desta ideia que o PCP(R) prestou uma importante homenagem internacionalista a Mao Tsetung, quando da sua morte.

O facto de se verificar hoje que estas apreciações se baseavam em ideias e dados errados, não pode servir para justificar atitudes criticistas pequeno-burguesas. Não é de ânimo leve que o proletariado e os marxistas-leninistas constatarem a degeneração de um partido e de uma revolução. E, até que haja certeza de isto ter acontecido, impõe-se a sua defesa sem quebras como pertença do campo revolucionário.

As causas e o significado político do eclectismo das posições do Partido face às teses chinesas e do apoio sem crítica a Mao Tsetung devem ser postas a claro. Elas residem, antes de mais, na falta de conhecimentos do marxismo-leninismo que permitissem ao Comité Central e ao Partido criticar a política chinesa e as teses de Mao numa sólida base de princípios. A falta de vigilância marxista-leninista não nos permitiu descortinar aquilo que hoje se torna compreensível e até evidente.

Concorre poderosamente para estes erros a falta de hábitos de debate ideológico, em especial no Comité Central. Fracas e escassas foram as discussões travadas acerca da teoria dos "três mundos" e a respeito da questão de Mao Tsetung. A imprensa central espelhou estes defeitos: pouco ou nada foi escrito sobre estas questões decisivas para o Partido e para o movimento marxista-leninista. Tal afastamento de assuntos de interesse comum do movimento marxista-leninista foi um grande erro que dificultou a clarificação de ideias em todo o Partido e permitiu resistências a tomar uma posição definida, especialmente acerca de Mao Tsetung e da sua obra. O Partido deveria ter sido chamado pelo Comité Central a discutir tais problemas importantes há muito mais tempo, de forma sistemática e ponderada.

Estes erros não podem, no entanto, constituir obstáculo para adoptar, desde já, uma posição clara perante os problemas postos, tão aprofundada quanto o permitem o estudo e o debate levados a cabo no Partido.

2. Razões que tornam imperiosa a demarcação consequente com o revisionismo chinês

A adopção de posições consequentes e profundamente amadurecidas nesta frente de luta anti-revisionista impõe-se-nos, antes do mais, como dever internacionalista proletário. A luta de classe do proletariado em todas as suas manifestações, incluindo a luta teórica e ideológica, é pela sua essência uma luta internacional. As particularidades nacionais da revolução em cada país não dispensam, antes impõem, a definição das bases duma estratégia e de uma tática comuns do movimento comunista internacional face aos grandes problemas da revolução dos nossos dias. Essa estratégia e tática revolucionárias só se podem afirmar, no momento presente, em luta frontal contra as concepções do maoísmo e do revisionismo chinês e contra a política chauvinista contra-revolucionária da China. A participação do PCP(R) nesta luta comum é indispensável para assegurar o seu carácter de destacamento proletário internacionalista.

O revisionismo chinês surge abertamente a pregar a aliança com o imperialismo norte-americano e o apoio às ambições da burguesia em cada país. O pretexto seria a fraqueza das forças revolucionárias e a incapacidade do proletariado para conduzir a revolução. As teses chinesas surgem precisamente numa altura em que amadurecem condições favoráveis ao avanço das forças revolucionárias. Quando a tarefa que se apresenta ao proletariado é reforçar os seus destacamentos de vanguarda, colocando-os à altura de lutar pela hegemonia nos processos revolucionários, os revisionistas chineses preconizam a sujeição da classe operária aos partidos e aos planos burgueses. É uma clara acção contra-revolucionária encoberta por razões de estratégia que não dizem respeito ao proletariado mas apenas contam para as ambições imperialistas da China. Torna-se, pois, indispensável que, diante das situações revolucionárias que amadurecem em todo o mundo, os marxistas-leninistas tracem uma linha de separação com as teses revisionistas chinesas, e façam ressaltar a necessidade de chamar o proletariado e os seus Partidos marxistas-leninistas a assumir a dianteira das movimentações de massas. Este é o segundo motivo que impõe, no momento presente, uma demarcação com o revisionismo chinês.

Acresce que o revisionismo chinês tem inegavelmente as suas raízes no chamado "pensamento Mao Tsetung", que durante muitos anos influenciou de forma considerável muitos Partidos marxistas-leninistas. Atacar o revisionismo chinês implica criticar a obra e os actos de Mao à luz de princípios marxistas-leninistas. Implica erradicar do movimento comunista as influências maoístas e retomar as ideias e as tradições leninistas que, entretanto, permaneceram abafadas ou ignoradas. A constante pulverização em grupos, o

abandono de facto do internacionalismo proletário, a forte influência chauvinista, a ausência de política concreta para abordar o movimento operário, a própria incapacidade para desarticular o revisionismo, foram males bem evidenciados pela experiência dos marxistas-leninistas em Portugal e que nada têm a ver com o marxismo-leninismo. O terceiro motivo que impõe uma demarcação clara com o revisionismo chinês está, portanto, na necessidade de combater o maoísmo e retomar, nesse combate, os conceitos e as práticas leninistas.

A adopção de posições firmes contra o revisionismo chinês é imposta igualmente por algumas particularidades da revolução portuguesa e do processo de formação do PCP(R).

Em primeiro lugar, a revolução portuguesa desdobra-se em duas etapas interligadas e tendo como alvo o socialismo, nas condições de um país fortemente dependente do imperialismo. Embora as condições em que se desenvolve a revolução portuguesa nada tenham de comum com as condições em que se desenvolveu a revolução chinesa, existem ainda assim condições objectivas que tornam possível o surgimento de desvios do mesmo tipo dos que deram origem ao revisionismo chinês, na base do qual se encontra precisamente a incompreensão da necessidade de desenvolvimento consequente da revolução sob a direcção do proletariado ao longo das duas etapas, sem abandono dos objectivos socialistas. Se em Portugal a própria existência de uma crise revolucionária não deu azo a uma larga propagação das teses reacionárias da teoria dos "três mundos" na classe operária, a sua influência pode manifestar-se de forma indirecta. Podem surgir quebras de confiança no movimento comunista marxista-leninista internacional. Do mesmo modo, podem surgir no Partido, na sua orla ou inclusivamente na classe operária ideias de que, por "fatalismo geográfico", se torna impossível em Portugal uma revolução vitoriosa que enfrente os Estados Unidos e a União Soviética, sobretudo depois da China se ter convertido em potência contra-revolucionária. Podem surgir tendências para justificar concessões a uma das superpotências ou para a busca de uma pretensa "terceira via", com necessárias concessões à burguesia, sob o pretexto de dar tempo ao surgimento de uma situação internacional mais favorável à revolução portuguesa. Pode surgir a atracção pelo caminho reformista de ligação ao chamado "mundo não-alinhado" e da exigência de uma pretensa "nova ordem económica", que não põe em causa o sistema imperialista e desloca o centro da luta para arrancar concessões parciais às potências imperialistas. Por todos estes caminhos, a revolução portuguesa pode ser abafada e ameaçada de degenerescência. Contra todos eles, o PCP(R) deve difundir entre a classe operária a convicção de que é possível em Portugal uma revolução vitoriosa e conduzida consequentemente com base nas próprias forças e apoio na luta revolucionária internacional dos povos, defendida contra o imperialismo pelo proletariado e as massas populares armadas. Condição para isso é que a revolução portuguesa tenha a orientá-la os princípios que tornaram possível o triunfo da Revolução

de Outubro e a defesa e fortalecimento da ditadura do proletariado na Albânia.

Em segundo lugar, o PCP(R), apesar de não ter surgido como partido maoísta, teve origem num processo extremamente acidentado onde influíram em grau não desprezível tendências estranhas ao marxismo-leninismo. O primeiro rompimento com o partido revisionista, em 1964, não foi feito em bases consequentemente leninistas. Na FAP entrelaçaram-se tendências marxistas-leninistas com influências acentuadas do castrismo, da revolução argelina e também do maoísmo. Depois da destruição da FAP, a influência do maoísmo encontrou terreno fértil na ideologia pequeno-burguesa dominante nos inúmeros grupos em guerra entre si e acentuou a degenerescência política e organizativa de alguns deles. Foi em luta contra tudo isso que o PCP(R) se formou e se continuará a forjar. É preciso portanto estarmos vigilantes face à possibilidade de ressurgirem nas nossas fileiras, sob matizes diferentes, as diversas concepções políticas e ideológicas que marcaram o processo da nossa formação. Ajustar contas com todas elas é condição para assegurar a firmeza marxista-leninista do PCP(R).

Em terceiro lugar, os frutos podres do maoísmo estão hoje presentes diante dos olhos do proletariado português: o grupo contra-revolucionário de Vilar, os provocadores fanáticos do MRPP. Este facto é educativo para o Partido e para todos os que possam sentir atracção pela teoria dos "três mundos" ou pelas ideias de Mao Tsetung, sem compreender o lodaçal em que caem invariavelmente os que se dispõem a pô-las em prática.

3. A China converteu-se num inimigo dos povos

O PCP(R) tomou posição contra a teoria revisionista dos "três mundos" através da resolução do Comité Central de Julho de 1977 "Sob a bandeira do marxismo-leninismo, contra a teoria oportunista dos 'três mundos', avançar na via da revolução e do socialismo". Nessa resolução, demonstra-se que a teoria dos "três mundos", que os dirigentes chineses pretendiam impor como "estratégia e táctica do movimento comunista", é na realidade uma teoria antileninista que se opõe à hegemonia do proletariado, à luta revolucionária dos povos, ao fortalecimento dos países socialistas, beneficiando a burguesia, os reaccionários, os imperialistas e revisionistas. O 3º Congresso do PCP(R) reafirma a justeza da resolução do Comité Central de Julho de 1977.

Actualmente, a teoria dos "três mundos" surge já não apenas como um veneno revisionista para sabotar a revolução, mas também como base política da estratégia chauvinista e contra-revolucionária de grande potência da China dominada pela camarilha Hua Kuofeng-Teng Siaoping. Cobrindo-se com a teoria dos "três mundos", os dirigentes chineses procuram constituir um eixo imperialista agressivo Pequim-Washington-Tóquio em oposição ao social-imperialismo soviético; procuram espalhar a sua influência política sobre os governantes burgueses e reaccionários dos países dependentes e atrasados e

sobre os países libertos do imperialismo, preparando o estabelecimento de esferas de influência económicas e militares à medida que o potencial chinês aumentar; procuram amarrar os povos ao carro de guerra das potências imperialistas, sacrificá-los às ambições expansionistas social-imperialistas da China. A China converteu-se num opositor declarado da luta revolucionária, num inimigo dos povos; tal facto deve ser tido seriamente em conta pelos comunistas portugueses.

A teoria dos "três mundos" e a política contra-revolucionária que é o seu seguimento devem ser entendidas como resultado da perda de perspectivas internacionalistas que só o proletariado pode ter, como resultado da degenerescência chauvinista do carácter nacionalista que a revolução chinesa teve na sua primeira etapa. Tem que se concluir que na revolução chinesa o anti-imperialismo não era o anti-imperialismo consequente do proletariado, mas essencialmente o anti-imperialismo nacionalista da pequena burguesia.

Mas a teoria dos "três mundos" deve ser entendida também como um fruto de ideias antimarxistas presentes desde longa data no pensamento de Mao Tsetung. Em Agosto de 1946 já Mao apresentava a ideia do esbatimento das fronteiras entre o campo socialista e o campo capitalista e da emergência de uma "zona intermédia" com características próprias, autonomizantes. Dizia Mao: *"Os Estados Unidos e a União Soviética estão separados por uma zona muito vasta que engloba muitos países capitalistas, coloniais e semi-coloniais da Europa, Ásia e África. Antes que os reaccionários norte-americanos tenham subjogado esses países, um ataque contra a União Soviética está fora de questão"*. Mao englobava os países capitalistas europeus e os dependentes dos Estados Unidos nessa "zona intermédia" ainda não subjogada pelo imperialismo norte-americano (*"Entrevista com Anne Louise Strong"*). Posteriormente, Mao fez muitas referências a esta entrevista. Nos anos 60, na polémica com os revisionistas kruchovistas, ela foi largamente divulgada e foi organizado o seu estudo de massas na China.

A interpretação maoísta do mundo do pós-guerra diferia radicalmente da visão do Kominform, apresentada por Jdanov no seu "Relatório sobre a situação internacional" de Setembro de 1947. Aí se afirmava, numa clara divisão do mundo em dois campos, onde se incluíam sem excepção todos os países:

"Quanto mais nos afastamos do fim da guerra, mais nitidamente aparecem as duas principais direcções da política internacional do pós-guerra, correspondentes à disposição em dois campos principais das forças políticas que operam na arena internacional: por um lado, o campo imperialista e anti-democrático e, por outro lado, o campo anti-imperialista e democrático. Os Estados Unidos são a principal força dirigente do campo imperialista. A Inglaterra e a França estão unidas aos Estados Unidos... O campo imperialista é também apoiado pelos Estados possuidores de colónias... e por países de regime reaccionário antidemocrático... assim como por países dependentes política e economicamente dos Estados Unidos..."

"As forças anti-imperialistas e antifascistas formam o outro campo. A União Soviética e os países da nova democracia são a sua base. Os países que romperam com o imperialismo... fazem parte dele... O campo anti-imperialista apoia-se em todos os países no movimento operário e democrático, nos partidos comunistas irmãos, nos combatentes do movimento de libertação nacional nos países coloniais e dependentes, em todas as forças progressistas e democráticas que existem em cada país".

Desta forma, Mao Tsetung revelava já em 1946 posições ecléticas sobre o carácter da nova era aberta com a Revolução de Outubro, sobre o significado da cisão do mundo em dois sistemas antagónicos — capitalismo e socialismo — e sobre o papel central que os países socialistas desempenham como base de apoio do processo revolucionário mundial. A teoria dos "três mundos" não pode ser dissociada desta deformação nas ideias de Mao.

4. O "pensamento Mao Tsetung" na raiz do revisionismo chinês

Para que em Portugal não se repitam os factores que provocaram a degenerescência da revolução chinesa e do Partido Comunista da China, todos os comunistas devem compreender como o chamado "pensamento Mao Tsetung" está na raiz dessa degenerescência.

Na China foi realizada uma grande revolução democrática, antifeudal e anti-imperialista. A revolução chinesa teve um significado histórico indelével e representou um enorme impulso à luta anti-imperialista dos povos à escala mundial. Como dirigente dessa revolução, Mao Tsetung adquiriu méritos incontestáveis e afirmou-se como um grande vulto revolucionário do nosso século. Mas Mao Tsetung não mostrou ser um revolucionário proletário, um marxista-leninista consequente. Sendo influenciado pelo marxismo, no seu pensamento dominou no entanto o eclectismo. Sob a sua direcção, a revolução chinesa não pôde desenvolver-se consequentemente e passar da primeira etapa, democrática, à segunda etapa, socialista. Depois de uma primeira fase a seguir à instauração da República Popular em 1949, em que foram iniciadas transformações do tipo socialista a exemplo da União Soviética, começou a ressaltar a inconsequência da direcção exercida por Mao Tsetung e pelo Partido Comunista da China. A pretexto de buscar uma "via chinesa" para a edificação socialista, puseram-se na realidade de lado princípios básicos da edificação do socialismo estabelecidos cientificamente por Lênine e Stáline. Dessa forma, as transformações socialistas apenas iniciadas não tiveram consequência. A China, num processo contraditório e acidentado, não pôde ultrapassar os limites da primeira etapa da revolução, criando-se assim as condições para a sua degenerescência.

Embora se exija um estudo mais profundo de todas as características do chamado "pensamento Mao Tsetung", o 3º Congresso do PCP(R) pode desde já determinar quatro questões em que o maoísmo se afasta radicalmente do marxismo-leninismo: a incompreensão da necessidade da hegemonia do prole-

tariado ao longo de todas as etapas da revolução; a incompreensão da necessidade da ditadura do proletariado e da liquidação da burguesia como classe para assegurar a construção do socialismo; o desvio à concepção leninista do Partido Comunista do proletariado; a substituição da dialéctica materialista pelo eclectismo nos domínios filosófico, político e metodológico.

a) O abandono da hegemonia do proletariado

A ditadura do proletariado é o coroamento da hegemonia do proletariado ao longo da revolução. Por isso, Lênine, mesmo nas condições da Rússia maioritariamente camponesa e pequeno-burguesa, deu uma atenção constante e particular ao problema da hegemonia do proletariado ao longo de todas as fases da revolução e da sua obra política. A hegemonia do proletariado é uma pedra básica do pensamento leninista.

Na Rússia a afirmação da hegemonia do proletariado na revolução teve características próprias. O Partido Bolchevique formou-se como partido proletário a partir das cidades, realizou a revolução e partiu depois à conquista das massas camponesas para a revolução. Na China, de modo diferente, a revolução foi derrotada numa primeira fase nas cidades e teve de refluir para o campo como necessidade para assegurar a continuação do processo revolucionário. Esta característica da revolução chinesa marcou todo o seu posterior desenvolvimento.

A revolução chinesa e o Partido Comunista da China passaram 24 anos no campo. O Partido, que em 1926 tinha 66% de operários, passou nos anos 30 para 90% de camponeses, ao mesmo tempo que abandonava praticamente o trabalho junto do proletariado urbano.

Nesta situação difícil, algumas condições se impunham para assegurar a hegemonia do proletariado.

Em primeiro lugar, o Partido Comunista devia ter um núcleo dirigente solidamente marxista-leninista, que interpretasse o desenvolvimento da revolução segundo os interesses de classe do proletariado. Mas a direcção do Partido era constituída na sua esmagadora maioria por intelectuais de fraca formação marxista. Mao Tsetung, ao longo da sua obra, não passa das referências formais à hegemonia do proletariado, não colocando esse problema no centro do seu pensamento. Sucessivos apelos da Internacional Comunista para que o Partido Comunista da China se preocupasse com a urgente correcção da sua composição social e com a acção junto do proletariado não encontraram nenhuma correspondência por parte de Mao. O papel revolucionário do proletariado aparece menosprezado nas suas teorizações acerca dos campos a cercarem as cidades. A partir dos anos 60, os dirigentes chineses propagaram mesmo essa via como sendo "uma lei universal" da revolução mundial. Nas vésperas da libertação total da China, é Mao que afirma que alguns membros da direcção pensavam que nas cidades se deveriam apoiar principalmente na burguesia nacional e não no proletariado.

Em segundo lugar, o Partido Comunista devia estar ganho para a ideologia socialista e não apenas democrática. Mas a mudança de composição social, aliada ao facto do Partido Comunista da China ser um partido jovem e cheio de lutas internas fez com que o partido fosse dominado pela ideologia camponesa. O marxismo-leninismo foi gradualmente substituído pelo "pensamento Mao Tsetung" que, nos Estatutos aprovados no 7º Congresso em 1945 e redigidos sob a direcção de Mao, é estabelecido como base teórica do Partido Comunista da China.

Em terceiro lugar, a garantia da hegemonia do proletariado tinha que se exprimir na linha geral do Partido, na elaboração de uma estratégia de passagem da primeira etapa à segunda etapa e de avanço ininterrupto da revolução. Mas Mao, embora referisse que a revolução se desdobrava em duas etapas interligadas, ao longo da luta revolucionária preocupou-se quase exclusivamente com a tática e com a definição dos contornos da primeira etapa. A definição de uma estratégia de passagem à segunda etapa, abordada por Mao já próximo da libertação, apresenta traços ecléticos e contraditórios. No 7º Congresso de 1945, ao tratar do programa geral do Partido Comunista da China, Mao refere o socialismo e o comunismo, mas apoia todo o seu pensamento nos "três princípios do povo" de Sun Yatsen reformulados, isto é, nos princípios da ideologia burguesa progressista e nacionalista.

Em quarto lugar, na frente única a hegemonia do proletariado deveria ser assegurada não apenas pelo Partido Comunista mas também pelo impulso e participação activa na revolução das próprias massas operárias, e não apenas, como se passou, do campesinato, da pequena burguesia e da burguesia nacional. Mao referia justamente a necessidade de autonomia e independência do Partido na frente. Mas o Partido Comunista da China nada fez para organizar a luta independente do proletariado. As cidades foram libertadas pelo Exército Popular sem que se verificassem greves e levantamentos armados da classe operária.

Assim, a revolução chinesa desenvolveu-se, fundamentalmente, como uma revolução do campesinato em aliança com a pequena burguesia e a burguesia nacional, uma revolução camponesa anti-imperialista em que o proletariado como classe praticamente não desempenhou papel.

A composição social, a ideologia e a política do Partido Comunista da China, as características da frente e do exército e o próprio processo de desenvolvimento da revolução chinesa eram condições objectivas que tornavam extremamente difícil assegurar a hegemonia do proletariado após a libertação, em 1949.

O regime instaurado foi, desta forma, um regime democrático revolucionário sem papel hegemónico do proletariado, quer como classe, quer através do seu Partido, do seu Estado e do seu Exército. Esta a consequência da política e da ideologia maoísta que guiou a revolução chinesa. Esta a causa de todas as perturbações que se seguiram a 1949 e do recuo das transformações socialistas tentadas numa primeira fase.

O nosso Partido deve concluir destes factos que não basta falar na hegemonia do proletariado como um princípio geral. É preciso que tal princípio seja aplicado constantemente e norteie a acção do Partido. Conseguir a hegemonia do proletariado na revolução significa, antes de mais, garantir uma sólida composição proletária no Partido, implantá-lo nas grandes empresas e fazer delas os centros da luta de classe conduzida pelo Partido. Significa conquistar o campesinato para o lado do proletariado consolidando a aliança operário-camponesa e retirando assim à burguesia a possibilidade de exercer a sua hegemonia sobre as massas camponesas. Significa lutar para que a classe operária tenha, através do seu Partido, a hegemonia na frente popular e nas organizações de massas.

b) A defesa do pluralismo político e ideológico e da integração pacífica da burguesia no socialismo

Mao Tsetung elaborou teoricamente o abandono da via da ditadura do proletariado e da liquidação da burguesia como classe, seguida na União Soviética de Lénine e Stáline. Esta elaboração seguiu um processo contraditório e eclético, característico do pensamento maoísta.

Depois da fundação da República Popular, Mao declarou justamente que na nova etapa socialista a contradição entre o proletariado e a burguesia se tornara a principal: *"Após o derrube da classe dos latifundiários e da burguesia burocrática, a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional tornou-se a contradição principal na China; é necessário portanto não continuar a qualificar a burguesia nacional como classe intermédia"*.

No entanto, principalmente a seguir ao 20º Congresso do PCUS, Mao mudou radicalmente de posição. Passando a falar dos "erros cometidos por Stáline", elaborou, principalmente nas suas obras *"Sobre as dez grandes relações"* (Abril de 1956) e *"Da justa solução das contradições no seio do povo"* (Fevereiro de 1957), uma teoria de integração pacífica da burguesia no socialismo e defesa do pluralismo político e ideológico, afastando-se assim da teoria marxista-leninista da ditadura do proletariado.

Marx e Lénine fundamentaram teoricamente a necessidade de existência da ditadura do proletariado, não só no período da edificação das bases do socialismo, mas ao longo de todo o período histórico de construção do socialismo, até se criarem as condições para a extinção do Estado, para a sociedade comunista. Ainda depois da liquidação das antigas classes exploradoras subsistem os seus restos, existem os inimigos capitalistas externos, subsiste a pequena produção mercantil que, como diz Lénine, "engendra capitalismo em cada minuto". Os estigmas da velha sociedade perduram durante muito tempo na consciência dos homens. Subsistem as diferenças entre a cidade e o campo, entre o trabalho manual e intelectual. Existem possibilidades de surgimento de novos elementos burgueses. Por todas estas razões, a defesa e consolidação da ditadura do proletariado constituem o

factor decisivo não só para liquidar a burguesia como classe, como para prevenir a restauração do capitalismo e assegurar a construção ininterrupta do socialismo.

Não se atendo a esta concepção proletária consequente, Mao Tsetung afirmou em 1957: *"No nosso país, a contradição entre o proletariado e a burguesia nacional pertence à categoria das contradições no seio do povo... no período da revolução socialista, a exploração da classe operária pelo lucro constitui um lado do carácter da burguesia nacional, enquanto o seu apoio à Constituição e o seu desejo de aceitar a transformação socialista constitui o outro lado. A contradição entre a burguesia nacional e o proletariado é uma contradição entre explorador e explorado, e é portanto antagónica na sua essência. Mas nas condições concretas da China, esta contradição de classe antagónica pode, se for correctamente tratada, ser transformada numa contradição não antagónica e ser resolvida por métodos pacíficos"*. E indica como política *"unir-se à burguesia nacional, criticá-la e educá-la"* (*"Da justa solução..."*).

Mao Tsetung não conseguiu ultrapassar as concepções da etapa democrática da revolução, em que se tornava necessária uma frente unida com a burguesia nacional, e defendia que na etapa socialista da revolução os capitalistas podiam dispor-se a aceitar as transformações socialistas; e que consequentemente a tarefa do proletariado não é intensificar a luta contra os capitalistas, exercer a ditadura sobre eles e levar até ao fim a liquidação da burguesia como classe, mas sim *"educar"* a burguesia e integrá-la pacificamente no socialismo.

Estas concepções antimarxistas estiveram na origem de graves concessões à burguesia que corroeram por dentro as transformações socialistas apenas iniciadas. Aos capitalistas formalmente expropriados foi concedida uma renda resultante da exploração das fábricas expropriadas, ao mesmo tempo que puderam continuar a dirigir as empresas no papel de gestores nomeados pelo Estado ou como membros do pessoal administrativo. O maior capitalista chinês de antes da libertação foi, desde os primeiros anos da década de 50, deputado à Assembleia Nacional Popular. Depois de expropriadas as suas empresas, além de receber renda passou a director-geral da sociedade têxtil de Shensin, pouco depois a presidente substituto da Câmara Municipal de Xangai e, em 1959, a ministro suplente da Indústria Têxtil. São elementos como este que hoje ocupam muitos lugares fundamentais no Estado e no Partido.

Mao Tsetung, em oposição frontal aos princípios da ditadura do proletariado, fez a defesa aberta do pluralismo político e ideológico ao longo da construção do socialismo. Resumiu essa política nos slogans *"que cem flores desabrochem, que cem escolas de pensamento rivalizem"* e *"coexistência a longo prazo e controlo mútuo"* entre o Partido Comunista e os partidos burgueses democráticos.

Mao dizia que na China se manifestavam *"ideologias não marxistas e mesmo antimarxistas"*, assinalava que *"inevitavelmente a burguesia e a pe-*

quena burguesia expressarão as suas próprias ideologias. Inevitavelmente exprimir-se-ão obstinadamente nos domínios político e ideológico por todos os meios possíveis", reconhecia que *"a questão de saber quem vencerá, o socialismo ou o capitalismo, não está ainda decidida. Os marxistas são ainda uma minoria entre a população e também entre os intelectuais"* (*"Da justa solução..."*). Mas dessas premissas justas não retirava a conclusão marxista-leninista, a única fiel ao interesse do proletariado, a saber: a necessidade de intensificar o combate a todas as manifestações da ideologia burguesa anti-socialista e de assegurar a ditadura do proletariado também no domínio ideológico. Pelo contrário, resvalando para o campo do liberalismo, Mao defendia que a ideologia burguesa deve ter livre campo de expressão; que *"a política de deixar que cem flores desabrochem e cem escolas de pensamento rivalizem não enfraquecerá, antes reforçará a posição dirigente do marxismo"* (*"Da justa solução..."*); e que quanto aos reacçãoários empedernidos *"devemos assegurar-lhes materialmente a existência ao mesmo tempo que lhes permitimos dizer mal de nós... isso é mais vantajoso para o Partido, para o povo e para o socialismo"* (*"Sobre as dez grandes relações"*).

Nas condições de uma revolução democrática anti-imperialista, pode acontecer que por um certo período existam, lado a lado com o Partido Comunista, partidos burgueses democráticos. Mas, à medida que o socialismo se impõe e a ditadura do proletariado se consolida, o Partido Comunista deve assegurar o seu papel dirigente sem partilha e os partidos burgueses devem desaparecer. É isto que ensina o marxismo-leninismo. Mao Tsetung colocou-se na posição contrária, defendendo que mesmo no período de construção do socialismo os partidos burgueses têm o direito à existência: *"É política do Partido Comunista existir lado a lado com os vários partidos democráticos por um longo período"* (*"Da justa solução..."*). Mao não aceitava o papel dirigente sem partilha do proletariado, sustentava que devia haver *"controlo mútuo"*: *"Controlo mútuo não é obviamente uma questão unilateral; o Partido Comunista deve exercer controlo sobre os partidos democráticos e estes devem ter o mesmo direito em relação ao partido"* (idem). Mao afirmou inclusive que os partidos burgueses devem chegar ao comunismo: *"O partido comunista e os partidos democráticos são produtos da história. Ora, toda a criação da história deve desaparecer no próprio curso da história. Assim, o partido comunista desaparecerá um dia, da mesma maneira que os partidos democráticos"* (*"Sobre as dez grandes relações"*).

Estas ideias de Mao Tsetung são totalmente estranhas ao marxismo-leninismo e não podiam servir de base à edificação de um verdadeiro Estado de ditadura do proletariado e à construção de uma sociedade socialista.

O nosso Partido deve tirar como lições que só a ditadura do proletariado e o seu permanente reforço permitem a construção do socialismo. O Partido Comunista deve exercer o poder sem partilha, expressando de forma inequívoca o poder do proletariado sobre todas as outras classes. Em todos os domínios da vida social, a ditadura do proletariado deve imperar. A sua

finalidade é a construção integral do socialismo e, por este facto, tem de acabar com o capitalismo em todas as suas formas e liquidar a burguesia como classe. No nosso país, as transformações democráticas da etapa democrático-popular deverão ligar-se estreitamente às transformações socialistas e abrir caminho rapidamente à etapa socialista da revolução.

Para que todo este processo revolucionário seja cumprido é necessária a direcção permanente do Partido Comunista e da ideologia marxista-leninista. Desde já o nosso Partido precisa de forjar-se como partido para dirigir todas as etapas da revolução, como partido proletário guiado pelo marxismo-leninismo. Os nossos quadros precisam de adquirir consciência da extensão das tarefas que lhes cabem antes, durante e após a tomada do poder e devem difundir entre a classe operária a ideia de que só a sua ditadura de classe conduz ao socialismo.

c) Uma concepção antileninista de partido

Sob a direcção de Mao Tsetung, o Partido Comunista da China teve sempre uma vida interna muito irregular, afastando-se declaradamente dos princípios do centralismo democrático definidos por Lénine.

De 1921 a 1928, com o apoio da Internacional Comunista, o Partido Comunista da China realizou seis congressos. Mao Tsetung tomou a direcção do Partido em 1935, numa reunião alargada do Bureau Político. A direcção foi inteiramente remodelada. 80% dos membros eram cooptados. Não tiveram resultados as repetidas chamadas de atenção da Internacional Comunista para a necessidade de corrigir essa situação. Só em 1945 se realizou o 7º Congresso. Depois da tomada do poder em 1949, apenas em 1956 se realizou o 8º Congresso. Entre o 8º e o 9º Congressos, em 1969, a Revolução Cultural, lançada por Mao contra uma clique direitista que se apoderava do poder, desenvolveu-se como movimento à margem do Partido e contra ele, desorganizando totalmente e praticamente destruindo o Partido Comunista da China. Durante esse período as reuniões do Comité Central são extremamente espaçadas: a 10ª reunião realiza-se em Setembro de 1962, a 11ª em Agosto de 1966 e a 12ª em Outubro de 1968. No 9º Congresso os delegados são escolhidos e não eleitos. Entre o 9º e o 10º Congressos, em 1963, é eliminado Lin Piao, que no 9º Congresso fora nomeado por Mao, à margem de todas as normas leninistas, seu sucessor. É também afastado Tchen Po-ta, que fora figura destacada na Revolução Cultural. Ao longo da vida de Mao, muitas decisões capitais para o Partido foram tomadas à margem do colectivo partidário e do Comité Central, em reuniões ampliadas do Bureau Político ou por simples directiva pessoal. A imprensa chinesa revelou mesmo que Mao Tsetung dispunha de uma espécie de polícia secreta que controlava a aplicação das suas directivas pelo Partido, o chamado "Gabinete Geral". O fraccionismo, o desrespeito pelo colectivo e pelo centralismo democrático tornaram-se normas no Partido Comunista da China durante a vida de Mao e permitem

compreender a facilidade com que se dão golpes de Estado após a sua morte.

Mao Tsetung não tinha uma compreensão classista proletária do Partido Comunista como Partido de uma única classe, o proletariado, com uma única ideologia e uma única linha. De forma eclética e antileninista, encarava o Partido como se de uma frente se tratasse. Via nele uma ala "esquerda", uma ala "direita" e um "centro" permanentemente cristalizados. Admitia a coexistência no seio do Partido Comunista da ideologia marxista com ideologias não marxistas. No seu escrito *"Método dialéctico para a unidade interna do Partido"* (Obras, tomo V), afirmava: *"Na realidade, há diversos tipos de marxistas: marxistas a 100%; marxistas a 90%; marxistas a 80%; marxistas a 70%; marxistas a 60%; marxistas a 50%; e alguns são marxistas apenas a 10 ou 20%. Não podemos conservar duas ou várias pessoas num pequeno quarto? Não podemos fazer negociações partindo do desejo de unidade e com espírito de ajuda? Claro que não se trata de negociações com o imperialismo (com este também precisamos de celebrar negociações), mas de negociações internas entre os comunistas"*.

Esta visão não proletária do Partido Comunista deu origem à elaboração da teoria da existência permanente de "duas linhas" no seio do Partido, como justificação do fraccionismo pequeno-burguês e do espírito de grupo. Durante algum tempo, ainda em vida de Mao, a direcção chinesa tentou apregoar a superação da teoria leninista de partido e a necessidade de "partidos de tipo inteiramente novo, maoístas, partidos da época da Revolução Cultural". Desta forma, os próprios dirigentes do Partido Comunista da China reconhecem que a concepção maoísta de Partido é oposta à concepção leninista.

O nosso Partido deve ter sempre em vista que é o Partido de uma classe: o proletariado. Deve manter contínua vigilância contra todas as tentativas de o fazer degenerar, seja em grupelho da pequena burguesia radical, seja em partido reformista ou revisionista, e desse modo o corromper e desviar do caminho revolucionário. As concepções liberais e trotsquistas que procuram dissolver o centralismo democrático, a disciplina férrea, a obediência da minoria à maioria serão sempre firmemente combatidas como ideias antileninistas.

d) O eclectismo do pensamento de Mao Tsetung

É claramente perceptível que o pensamento de Mao Tsetung está na raiz do revisionismo chinês. A sua influência dominante no partido chinês estabeleceu as bases para o abandono da hegemonia do proletariado, para a defesa do pluralismo político e ideológico, para a ideia da integração pacífica da burguesia na construção do socialismo e para a estruturação duma concepção antileninista de Partido.

Apoiando-se na herança cultural chinesa e em aspectos do marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Tsetung é **essencialmente eclético** em relação às questões fundamentais da interpretação da realidade da sociedade

chinesa e do processo de desenvolvimento da revolução chinesa, das suas tarefas, das suas forças motrizes e das suas perspectivas.

Este eclectismo no plano filosófico e metodológico, no plano ideológico e político e no da teoria e prática do Partido permite-nos definir o pensamento de Mao Tsetung como antimarxista-leninista.

Influenciado predominantemente pela dialéctica ingénua, pelo materialismo vulgar e pelas ideias morais do antigo pensamento filosófico chinês, Mao não conseguiu compreender que a filosofia marxista-leninista representou o maior salto qualitativo na história do pensamento filosófico mundial e que só pode ser compreendida como tal se se tomarem as suas partes articuladas num todo e se se compreender que é um pensamento, não só inteiramente oposto, mas radicalmente distinto de todo o pensamento filosófico anterior. Apoiado na dialéctica ingénua chinesa, pré-hegeliana, Mao, por exemplo, isola e dissocia as leis fundamentais da dialéctica materialista e redu-las praticamente a uma única lei — a da unidade e luta dos contrários — sabendo-se porém que as leis da dialéctica são a expressão no plano das ideias filosóficas das leis que regem objectivamente o movimento, o desenvolvimento e as transformações da natureza, da sociedade, do pensamento e do conhecimento. É corrente nas ideias filosóficas, políticas e metodológicas de Mao a forte influência existente no antigo pensamento filosófico chinês das ideias morais confucianas. Descendo para a análise das classes na sociedade chinesa, Mao não observa os conceitos marxistas-leninistas de classes sociais definidos por Lénine, por exemplo, no seu trabalho *"Uma grande iniciativa"* como grandes agrupamentos humanos que se distinguem entre si pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido da produção social, pelas suas relações com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e portanto pelos meios de obtenção e pela parte da riqueza social de que dispõem. Nem tão-pouco pela definição de Lénine, nas *"Teses sobre a questão agrária"* apresentadas ao 2º Congresso da Internacional Comunista, sobre as classes e camadas sociais no campo, mas fundamentalmente por uma compreensão distributiva onde dá particular relevo aos proventos obtidos na área da produção e da distribuição. Ao tratar das contradições na sociedade, é visível em Mao a subestimação da análise e das conclusões que se devem tirar, no plano político, sobre as contradições fundamentais e a luta de classes dela decorrentes objectivamente, buscando mesmo subordinar a luta de classes de forma absoluta à luta anti-imperialista de libertação nacional. Ao formular o programa geral do Partido Comunista da China, no seu relatório ao 7º Congresso intitulado *"Sobre o governo de coligação"*, Mao não se apoia nos pressupostos marxistas-leninistas, mas fundamentalmente nas ideias do dr. Sun Yatsen que não passava dum democrata burguês revolucionário. Ao tratar das características da China e da guerra revolucionária chinesa, Mao revela não compreender a noção de Lénine sobre situação revolucionária e crise nacional geral e adota uma posição inteiramente voluntarista. Mais grave ainda é a concepção e a prática de Mao de considerar que o sistema de

alianças para a revolução democrática burguesa pode transitar de modo idêntico para a construção do socialismo. Estes e outros exemplos são perfeitamente ilustrativos do eclectismo na teoria e na prática de Mao no processo da revolução chinesa. Sendo assim, não foi por acaso a desconfiança de Stáline manifestada sobre os destinos da revolução chinesa, chefiada por Mao, desconfiança que Mao revela no seu trabalho *"As dez grandes relações"*, ao dizer que Stáline tinha opinião de que a revolução chinesa degeneraria como havia degenerado a Jugoslávia de Tito. Neste sentido é também ilustrativo o que se encontra no trabalho intitulado *"Sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado"* repleto de insinuações e críticas a Stáline, clássico do marxismo-leninismo e provado dirigente bolchevique do proletariado mundial.

É preciso que tiremos as lições do que significa um pensamento eclético em contraposição ao pensamento marxista-leninista. Este problema é de fundamental importância não só para a interpretação científica da realidade de Portugal e do mundo, como também para a definição da linha estratégica e táctica do Partido, para a definição da política de construção do Partido e para a condução vitoriosa do proletariado na luta pela revolução, pelo socialismo e pelo comunismo.

Este é um problema fundamental para a edificação do PCP(R) como um partido proletário consequentemente revolucionário num país como o nosso, onde há uma ausência de tradição científica no pensamento revolucionário e onde não se criou ainda uma tradição marxista-leninista. Isto acentua a necessidade de elevarmos a nossa vigilância face ao perigo do eclectismo no pensamento do nosso Partido e de desenvolver esforços para implantar um verdadeiro pensamento marxista-leninista nas nossas fileiras, a partir do Comité Central.

5. Manter fidelidade aos interesses de classe do proletariado

Durante largos anos em Portugal e inclusivamente nas fileiras do PCP(R) o "pensamento Mao Tsetung" foi considerado marxista-leninista, e mesmo "marxismo criador". Se é facto que a nossa própria experiência revolucionária nos vinha já provocando dúvidas sobre muitos aspectos centrais da política chinesa, a tendência dominante era fugir aos problemas, abafar as interrogações que surgiam em muitos militantes e procurar justificativas para actos que não tinham justificação à luz do marxismo-leninismo. Uma posição seguidista perante o que nos parecia ser uma grande revolução proletária e um grande país socialista abafou-nos o discernimento e a vigilância marxista. Os antigos grupos, e mesmo o Partido embora de forma mais limitada, difundiram ideias da teoria dos "três mundos" apresentando-as como guia da luta do nosso povo. Aquando da morte de Mao Tsetung, numa campanha massiva, o Partido apresentou-o como eminente marxista-leninista que dera um enorme contributo ao enriquecimento da teoria do proletariado. Procurámos sempre

desculpar a política contra-revolucionária da China perante simpatizantes e mesmo perante as massas operárias que já repudiavam tal política. Somente o toque de alerta dado pelo Partido do Trabalho da Albânia e pelo camarada Enver Hoxha no movimento comunista internacional, principalmente a partir do 7º Congresso, nos começaram a despertar para uma compreensão mais aprofundada dos problemas.

Devemos assim reconhecer de forma autocrítica que, por falta de maturidade marxista-leninista e de vigilância classista e por fortes influências da ideologia da pequena burguesia radical, toda uma nova geração de comunistas foi educada com base em conceitos ideológicos, políticos e partidários com bastante escória maoísta à mistura. Devemos inclusivamente reconhecer que contribuímos para espalhar alguns desses conceitos não-proletários no seio dos sectores avançados da classe operária.

Desta experiência, o PCP(R) retira uma melhor compreensão da necessidade de estreitar os laços internacionalistas com os Partidos Comunistas irmãos, de aguçar a vigilância ideológica, de não adoptar posições passivas perante os principais problemas da revolução mundial e de aprofundar a apreensão da essência classista, proletária da doutrina marxista-leninista. Três importantes indicadores resultam da nossa demarcação com o maoísmo em todos os terrenos:

O primeiro: A necessidade de edificarmos um Partido para a revolução e o socialismo, um Partido para a segunda etapa, que não se afogue na tática imediata, que não obscureça os seus objectivos socialistas, que em nenhum momento se desvie deles;

O segundo: A necessidade de o PCP(R) ser um Partido proletário, com uma composição social de grande maioria operária e com uma ideologia proletária; e um Partido leninista, edificado segundo os princípios e as normas leninistas do centralismo democrático;

O terceiro: A necessidade de formarmos a consciência socialista na classe operária portuguesa e conduzi-la a desempenhar um papel activo e consequente ao longo de todas as etapas da luta revolucionária.

O 3º Congresso determina, como tarefa de todo o Partido, prosseguir o combate consequente ao revisionismo contemporâneo em todas as suas variantes — ao revisionismo russo e ao seu representante em Portugal, o revisionismo cunhalista, assim como ao revisionismo chinês e à sua base ideológica antimarxista-leninista, o pensamento de Mao Tsetung. Para que este combate se realize cada vez mais profundamente, o 3º Congresso considera indispensável serem estudadas as causas do surgimento do revisionismo contemporâneo, das diversas formas de que se reveste para enganar as massas populares e do seu carácter contra-revolucionário, anti-socialista e anticomunista.

No seu caminho para o socialismo, o proletariado português necessita constantemente de desvencilhar-se das ideias revisionistas e reformistas que,

traíndo o marxismo-leninismo, procuram declarar encerrada a luta pela revolução. Sem dar combate permanente ao revisionismo, tanto no plano ideológico como prático, o PCP(R) não poderá afirmar-se como força dirigente da classe operária e das grandes massas populares. Neste combate, o PCP(R) visa não só demolir os fundamentos ideológicos e teóricos da política revisionista, como desagregar e desalojar do movimento de massas o partido revisionista. Aos olhos do proletariado português tem de ficar clara a linha de demarcação antagónica que opõe o marxismo-leninismo ao revisionismo. É esta luta que o nosso Partido tem de travar diariamente junto da classe operária e das massas populares, firmado nos princípios marxistas-leninistas e na sua linha revolucionária.

Ao determinar a necessidade de se intensificar em todo o colectivo partidário, do Comité Central às células, o combate ao revisionismo e a todas as suas variantes, o 3º Congresso destaca que é indispensável redobrar a vigilância no Partido face à possibilidade do surgimento de tendências revisionistas nas suas fileiras sob as formas mais subtis, mas visando sempre deturpar o marxismo-leninismo e a linha revolucionária do Partido, sabotar a luta pela vitória da revolução, da ditadura do proletariado e do socialismo.

O combate irreconciliável e permanente contra todo o tipo de oportunismo, contra o revisionismo nas suas diversas variantes é a linha fundamental por onde passa a luta pela edificação do PCP(R) como partido proletário marxista-leninista para a revolução e o socialismo.

ÍNDICE

I – A DEFESA DO MARXISMO-LENINISMO GRANDE FRENTE ACTUAL DA LUTA DE CLASSE DO PROLETARIADO	3
II – O REVISIONISMO CUNHALISTA TEORIA E PRÁTICA BURGUESA E ANTI-REVOLUCIONÁRIA	9
III – O "PENSAMENTO MAO TSETUNG" SISTEMA DE IDEIAS ECLÉCTICAS ANTIMARXISTAS	23

Composição e Montagem
Coop. Gráfica 25 de Abril — SCARL
Impressão
Grua Artes Gráficas Lda.
Calçada dos Barbadinhos
114 A — Lisboa